

Superávit fica R\$ 8,63 bilhões acima do esperado

Rodrigo Bittar
De Brasília

A expressiva elevação da receita com impostos fez com que o superávit primário do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) ficasse R\$ 8,63 bilhões acima do valor estabelecido no Decreto de Programação Financeira para o período de janeiro a agosto deste ano. Esse superávit atingiu R\$ 41,730 bilhões no período, o equivalente a 3,81% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto a meta estabelecida no Decreto de Programação Financeira era de R\$ 33,10 bilhões.

O fato desse resultado ter sido obtido mesmo com um aumento de 18,2% nas despesas dá a medida do que representaram as mudanças tributárias realizadas pelo governo e que tiveram impacto na arrecadação deste

ano. As receitas do Tesouro Nacional, por exemplo, cresceram R\$ 29 bilhões em termos nominais (15,9% de aumento), atingindo o montante de R\$ 211,8 bilhões no ano.

Esse desempenho é associado pelo Tesouro a três fatores principais: aumento da alíquota da Cofins incidente sobre entidades financeiras, da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) sobre empresas prestadoras de serviço e do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) sobre o fumo; medidas administrativas para melhorar a eficiência da arrecadação e combater a sonegação; e a ampliação da base de arrecadação, com a incorporação do PIS/Cofins sobre as importações.

Os dados restritos ao mês de agosto mostram um superávit primário de R\$ 3,791 bilhões no governo central. O Tesouro Nacional contribuiu para esse de-

sempenho com um superávit de R\$ 6,4 bilhões, enquanto a Previdência Social e o Banco Central registraram déficits de R\$ 2,6 bilhões e de R\$ 29,5 milhões, respectivamente.

O fortalecimento da arrecadação ao longo deste ano fez com que o governo elevasse a meta de superávit primário do setor público consolidado (governo central, Estados, municípios e empresas estatais) para 2004, de 4,25% do PIB para 4,5%, na última quarta-feira. O valor nominal correspondente a essa mudança é de aproximadamente R\$ 4,2 bilhões, que já estariam incorporados aos esforços realizados entre janeiro e agosto.

Apesar dessa elevação na meta de superávit para 2004, o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, se mostrou otimista com a possibilidade de o governo cumprir os investimentos previstos pa-

ra este ano, que são de R\$ 10,5 bilhões, mesmo que até agosto o governo federal tenha gastado menos da metade desse valor: R\$ 4,5 bilhões. "Até as pedras sabem que as despesas tendem a se acelerar no final do ano", disse Levy.

Para o secretário, o resultado do ano mostra basicamente que "as despesas vão bem" e, por isso, a elevação do superávit primário em 0,25 ponto percentual "é coerente e fortalece o ambiente para os investimentos" privados. "O investimento privado, hoje, já está puxando a economia. A própria construção civil está tendo momentos de sucesso e pode voltar a crescer", afirmou.

Do montante de R\$ 4,5 bilhões "investidos", cerca de R\$ 2,8 bilhões foram destinados ao pagamento de restos a pagar de investimentos de anos anteriores — obras contratadas, mas com liberação de recursos postergadas. No total, os

restos a pagar deste ano chegam a R\$ 9 bilhões e o governo pagou R\$ 5,8 bilhões até agosto. "Acho que é um bom saldo de despesas, considerando que estamos pagando contas de 2003", disse o secretário.

Ele garantiu ainda que, dos recursos já liberados, os ministérios ligados às áreas sociais (Educação, Saúde, Previdência e Assistência e Promoção Social) gastaram 96,4% e os demais, 83,8%.

Joaquim Levy também reiterou que o governo central dará a maior colaboração no ajuste determinado pela mudança na meta de superávit primário. Ele, no entanto, não excluiu as empresas estatais do "esforço". "Certamente, o esforço maior de ajuste será do governo central, mas não há razão para eliminar a ajuda das estatais", afirmou Levy. Na terça-feira, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, disse que o único responsável pelo ajuste seria o governo federal.